

Instituto Nacional de Estudos Superiores  
(INES)Sessão Solene de instalação, na Assembléia Legislativa do Estado  
de São Paulo, às 21.00 horas de 22 de janeiro de 1963

especial ao Sr. Secretário da Segurança Pública, bem como ao Diretor da Guarda Civil. Como todos sabem, São Paulo sofre uma onda terrível de calor nestes últimos dias, e é bem neste instante que nós queremos dirigir este apelo para que se estude na Guarda Civil, sob orientação do Sr. Secretário da Segurança, a possibilidade de serem adotados novos uniformes para a Guarda Civil de São Paulo. Não é possível, Sr. Presidente, que os dedicados e abnegados servidores da Guarda Civil de São Paulo exerçam suas funções envergando os atuais uniformes com a onda terrível de calor que vem assolando São Paulo. E é por isso mesmo que nestes períodos de verão é preciso que São Paulo dê o exemplo à Nação, fazendo modificações nos uniformes da polícia de São Paulo. Neste sentido estamos dirigindo apelo especial ao Diretor da Guarda Civil e ao Sr. Secretário da Segurança, para que o mais breve possível façam estudo da modificação dos uniformes da Guarda Civil e da Força Pública de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Martini.

O SR. GUSTAVO MARTINI — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados: V. Exa., Sr. Presidente, que conhece o Município de São Vicente como o da própria Capital, deve ter tido a oportunidade, nestes últimos dias, de participar do sofrimento do povo calunga. E esse é somente um dos motivos dos numerosos sofrimentos por que passa o povo vicentino, que se é mais ainda afluente em determinadas épocas do ano, como na atual temporada balnearia, com afluxo de seguramente 150 mil almas que demandam aquele Município em busca de um descanso reparador, depois de um ano de operosa atividade na Capital e no interior do Estado de São Paulo. O maior sofrimento, entretanto, do povo calunga, o maior sofrimento, entretanto, daqueles que visitam as nossas maravilhosas praias, resume-se na falta de água. Não bastasse a falta de serviços mais essenciais, como a que se tem verificado no Município de São Vicente, e mais a falta de água, eis o motivo da retirada em massa das pessoas que procuraram aquelas praias, como bem pode atestar o ilustre deputado Benedito Matarazzo, que teve oportunidade, no último fim de semana, de participar por pouco tempo do sofrimento prolongado do povo de São Vicente. Temos a certeza de que os governantes voltarão suas vistas àquele Município, levando o amparo estadual a fim de solucionar o seu mais angustiante problema, que é o da falta d'água.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Benedito Matarazzo.

O SR. BENEDITO MATARAZZO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, acaba de empossar-se no posto de Ministro do Trabalho o eminente deputado Almino Afonso, ex-líder da bancada do PTB na Câmara Federal. O jovem parlamentar amazense, cuja formação jurídica foi plasmada em São Paulo, foi apontado por várias correntes políticas do país como uma das escolhas felizes do Presidente João Goulart para seu novo Ministério presidencialista, e isso vale como atestado de prestígio do jovem político.

A bancada trabalhista com assento nesta Assembléia se congratula com o novo titular da Pasta do Trabalho, e nele confia de maneira absoluta.

Sua vigorosa posição e sua coerência nos momentos mais dramáticos que tem vivido a República, e seu equilíbrio ao tratar de assuntos atinentes ao ideal nacionalismo o credenciaram àquela investitura a qual saberá honrar e dignificar. Trabalhista autêntico, homem de passado ilibado, o deputado Almino Afonso, pelos conhecimentos que possui dos problemas sociais do país, será fator de segurança no direito dos trabalhadores, que defenderá com equilíbrio e ponderação. Os proletários de todo o país abriram-lhe um justificado crédito de confiança, e disso não se decepcionarão. O PTB de São Paulo, através de sua bancada nesta Assembléia, se dirige ao grande companheiro para lhe hipotecar solidariedade e lhe transmitir a sua palavra de confiança.

Ao Dr. João Goulart as saudações sinceras pela felicidade da escolha, pois o insigne deputado Almino Afonso é, na hora dramática que atravessamos, a esperança dos trabalhadores do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

O SR. AVALONE JÚNIOR — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, endereçamos desta tribuna apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de relaxar a infeliz determinação nacional no sentido de impedir a introdução de táxis-mirins, notadamente em São Paulo, tendo em vista que já há mais de seis meses existem eles em circulação em várias capitais do país, notadamente Curitiba e capitais do Nordeste. No instante em que quatro milhões de paulistas receberam a notícia da infeliz determinação governamental, o DST já iniciava o emplantamento de novos táxis. Certamente S. Exa. ignora que quatro milhões de paulistas sofrem diariamente com o trânsito. Portanto, faço um apelo a S. Exa. para que derrube essa infeliz Portaria, permitindo assim que o DST emplaque dezenas de táxis que virão suavizar o sofrimento cotidiano de milhares de paulistas.

O SR. JOSÉ FELÍCIO CASTELLANO — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, Srs. deputados, para todos aqueles que conhecem de perto a personalidade marcante e a inteligência fulgurante do Dr. Diogo Nunes de Gaspar, não passou surpresa o seu chamamento à Brasília, a fim de integrar a equipe de planejamento do Governo da República. Radicado em São Paulo, Secretário Executivo do Plano de Ação do Prof. Carvalho Pinto, o Dr. Diogo de Gaspar representa uma das mais sólidas culturas da nova geração de brasileiros, interessada na solução dos problemas mais angustiantes que afligem a Pátria brasileira. São Paulo muito deve ao jovem patriota. Do seu trabalho, da sua equipe, do seu interesse no estudo dos problemas afetos ao Planejamento Administrativo, tivemos o encaminhamento de soluções e o deslanche dos setores da máquina burocrática, o que veio propiciar ao Governo do Estado possibilidades maiores de enfrentar as dificuldades existentes.

A honraria que vem de receber o Dr. Diogo de Gaspar, atinge a toda a equipe de planejamento, da qual ele é o dirigente maior e mais destacado, mas, de maneira direta, enobrece os seus companheiros de trabalho.

Sempre atentos aos problemas afetos à administração pública, não podemos deixar de cumprimentar efusivamente ao Dr. Diogo de Gaspar pelo honroso convite, formulando votos para que o Governo central venha a contar com o seu apoio e desortino administrativo. Na manhã de hoje, seguiu para Brasília, a fim de palestrar com o Dr. Evandro Lins, ilustre chefe da Casa Civil da Presidência da República e para focalizar o assunto, daí a oportunidade desta manifestação e dos cumprimentos que levamos até o culto e dinâmico economista, a quem São Paulo tanto deve.

O SR. PRESIDENTE — Vamos passar à Ordem do Dia.

— Passa-se à

## ORDEM DO DIA

## PROPOSIÇÃO EM RÉGIME DE PRIORIDADE

Entra em discussão única o Projeto de Resolução n. 1262, apresentado pela Comissão de Finanças, em seu Parecer n. 3870/62, considerando boas e aprovadas as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo referentes ao exercício financeiro de 1959.

Está com a palavra o nobre deputado Antonio Sampaio, para discutir por mais 45 minutos.

O SR. ANTONIO SAMPAIO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nobres deputados, pretendemos, antes de entrar na análise das contas do Sr. Governador referentes ao exercício de 1959, terminar a leitura do parecer da Comissão de Finanças, que iniciamos na tarde de ontem.

Todavia, Sr. Presidente, antes de iniciarmos a nossa leitura, eu requeiro a V. Exa. uma verificação de presença, eis que se encontram em plenário apenas dois senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE — O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Gustavo Martini e Dante Perri para procederem à chamada.

— E feita a chamada.

O SR. PRESIDENTE — Responderam à verificação de presença 24 Srs. deputados. Não há quorum para prosseguimento da sessão. A Presidência convoca os Srs. deputados para a sessão das 17 horas, com a mesma Ordem do Dia.

— Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão, convocada outra, para o dia 29, às 17 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

## PARA A 13.ª SESSÃO DA 2.ª CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, AOS 29 DE JANEIRO DE 1963

## PROPOSIÇÃO EM RÉGIME DE PRIORIDADE

Discussão única e votação do Projeto de Resolução n. 12, de 1962, apresentado pela Comissão de Finanças, em seu Parecer n. 3870, de 1962, considerando boas e aprovadas as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo referente ao exercício financeiro de 1959.

Esta reunião, como as que a precederam, tem por objetivo o estudo das medidas mais aptas para a "integração do Nordeste". Integração do Nordeste e a expressão sociológica para esta coisa simples e carregada de tremendo sentido: a reunião, num só, de dois Brasis. Uma só Pátria, um só povo, uma idêntica tradição, a mesma língua e os mesmos sentimentos cristãos sofrem, em progressão geométrica, o impacto de uma diferenciação econômica e social, geradora de divisão, de ressentimentos e de injustiça e desumana discriminação.

Este é o fato. E aos jovens patrocinadores deste encontro, como a todos brasileiros, não importa o processo das culpas por esse estado de coisas. Importam, isso sim, as responsabilidades atuais; importam os meios para a correção desses males e importam aqueles que, hoje, estão investidos dessas responsabilidades.

As palavras, encarnadas em promessas sempre descumpridas, em planos, mais ou menos sinceros, em propósitos, mais ou menos honestos, em explosões, de romântica demagogia ou de arrogantes sentimentalismos, já cumpriram a sua tarefa: adiaram, sim, a solução do grande problema brasileiro. Esta é uma hora de ação, mesmo porque as palavras sem os atos, no dizer do grande Vieira, são como os tiros sem bala. Pirotécnica, que dura pouco. Um imperativo histórico aferrado às consciências e desperta responsabilidades. Os clamores de milhões já perturbam os ouvidos, antes surdos e moucos. Os falsos messias, os líderes carismáticos ou apenas espertos aproveitadores das horas trágicas e saqueadoras do que lhes parece ser o botim da liberdade, estão sendo alertas para a encampação dos sofrimentos, dos ressentimentos, da ignorância, das doações, da miséria, e da fome, para transformá-los, mesmo, quicá em ódios irreconciliáveis.

Os problemas existem, os problemas estão aí, à vista, aos olhos de todos. Negá-los, seria crime. Desconhecê-los, inconsciência. Problemas pedem solução e não exploração. Problemas pedem conjugação de esforços, de inteligências, de técnicas, de recursos, de boa vontade. Pedem, às vezes, e é o caso, medidas heróicas. Pedem que os ressentimentos sejam esquecidos, ao menos por um momento; que as desforras sejam adiadas; que o amor próprio seja superado; que o civismo substitua o egoísmo; que o bem de todos prevaleça sobre o bem de um ou de alguns. Como nos velhos tempos, quando os sinos tocavam a rebate, dentro da noite, convocando a população, porque uma casa era consumida pelas chamas. Grande parte da casa — da casa brasileira — ameaça ser devorada, hoje, pelas chamas do desespero. E, ai dos povos, quando lhes falece uma derradeira esperança! Trocam, facilmente a liberdade pelo que lhes parece representar a segurança.

Esse, o grande desafio da Democracia, no Ocidente, e da Democracia, no Brasil. Não pode haver liberdade apenas para se morrer de fome. Não pode haver liberdade para se não gozar dos direitos fundamentais da pessoa humana. Liberdade com pão, liberdade com saúde, liberdade com educação, liberdade com trabalho, liberdade com dignidade, eis a meta da Democracia. A Democracia sem isto ou sem este objetivo é uma caricatura de democracia, uma distorção, uma farsa, um embuste, um biombo para injustos privilégios, uma porta aberta para todas as aventuras totalitárias, sonhadas sempre por todos os impostores a quem a liberdade asfixia e a tirania oferece válvul de escape e de desabafo para os seus complexos inferiores e para os seus escusos recalques.

Esse desafio se oferece, hoje, às Nações que conseguiram quacionar a liberdade com a autoridade e criaram para os cidadãos o bem estar indispensável ao exercício dos direitos humanos. Um dever de solidariedade e um gesto de proteção à sobrevivência dessa liberdade, no mundo, impõem-lhes a tarefa da ajuda às Nações menos dotadas de bens e de recursos, destinados à libertação da fome e da ignorância, e aptos a promover o progresso harmônico da agricultura, da indústria e dos serviços gerais.

Oferese-se, igualmente, a um país como o nosso, que não pode, de modo algum, ser chamado de subdesenvolvido, mas que possui vastas áreas absolutamente não desenvolvidas e, por isso, inteiramente desintegradas do grande corpo nacional. Esse desafio dirige-se ao Governo e aos particulares, isto é, a toda nação e a todas as suas forças, capazes de qualquer colaboração.

É necessário que se diga, nesta hora e nesta oportunidade, que São Paulo nunca faltou a esse dever de solidariedade, ainda que vezes, interessadas na união dos brasileiros, mas graças a Deus sempre destituídas de qualquer autoridade, não se censem de apregoar o contrário. Fala-se de "processo espoliativo", frase-feita sob medida, para justificar injustificáveis omissões e para acobertar escusos e interesses e criminosos propósitos. São Paulo não é responsável por esse desnível, por essas discriminações, por essas distâncias, cada vez maiores, entre o Brasil rico e o Brasil pobre. Mas mesmo porque, há e cá, mais fadas há. Temos, aqui, também, os nossos nordestes. Em São Paulo e nos outros Estados do Centro-Sul.

Atirar sobre este Estado essa responsabilidade, significa desconhecer o processo social e econômico do desenvolvimento brasileiro e as leis que presidiram esse mesmo processo em qualquer país do mundo, que já venceu a fase em que nos achamos.

Não houve discriminação na distribuição de recursos federais entre as várias regiões do país. O que ocorreu com a região Centro Sul do Brasil foi o simples fenômeno, verificado, de resto, nas outras Nações, do maior desenvolvimento das áreas que ofereciam, para isso, melhores condições. Ao passo que, no Nordeste, as desfavoráveis condições ecológicas e climáticas, as periódicas calamidades exigiam, por parte da União, não apenas aplicação de recursos, que não faltaram, mas sério, objetivo e científico planejamento nessa aplicação. Esses dois fatores — um natural e outro político e econômico, derivado da omissão do governo central, — são os verdadeiros responsáveis pelo acréscimo da riqueza de uma área e pelo progressivo empobrecimento de outra, a despeito das excepcionais qualidades humanas de suas populações.

Faltou, pois, uma consideração científica do problema. Faltou planejamento para a aplicação de recursos, que deixaram de ser investimentos econômicos para se transformar em paliativos, em socorro de urgência e, em qualquer coisa, parecida com a esmola e com a humilhante ajuda paternalista. Numa palavra, a União, por razões que não vêm ao caso, pois ninguém as desconhece, não cumpriu, como devia, o seu dever para com uma imensa área do seu território e da sua população.

Mas, agora, existe um planejamento. Para a região nordestina, a SUDENE. Para todo o país, o Plano Trienal. Temos, hoje, a hora de constar, entre nós, como conferencista desta noite o seu autor — o ilustre Ministro Celso Furtado, do valor do Plano e da sua adequação à realidade nacional tomaremos conhecimento nestes debates. Levam a contribuição de homens de todos os Estados, esta valiosa contribuição trazida pelo talento e pelo patriotismo deste extraordinário brasileiro que é Celso Furtado.

Praza a Deus haja vontade séria e decidida de pôr em execução o planejado. Ninguém ignora que já se anuncia para o próximo Governo de São Paulo um programa de apelo ao desenvolvimento do Nordeste — a Aliança Brasileira para o Progresso. E, igualmente, do nosso conhecimento a existência de programas de origem paulista, com a mesma finalidade, e oriundos da iniciativa privada, como é o caso da CODERN — Companhia do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte — com apenas sete meses de existência, tendo já terminado a fase básica de planejamento e que consistiu no reconhecimento e na avaliação das possibilidades para investimentos particulares no Estado do Rio Grande do Norte.

Essa conjugação do Poder Público com a iniciativa privada é uma segurança de êxito a êses empreendimentos, que se revestem de nítidas características de salvação nacional.

Nesse sentido, vale recordar, ao termo destas breves palavras, os lúcidos ensinamentos da Encíclica "Mater et Magistra" sobre "A Iniciativa Privada e a Intervenção do Estado". Diz o Sumo Pontífice João XXIII:

"51 — É necessário afirmar, de início, que, no campo econômico cabe prioridade à iniciativa privada dos indivíduos, seja que atuem isoladamente, seja através de associações de vários tipos, na prossecução dos interesses comuns.

52 — Não obstante, pelas razões já apontadas pelos nossos Predecessores, neste campo, também, é necessário a participação do poder civil para a promoção de um justo acréscimo da produção, que favoreça o progresso da vida social e, em consequência, beneficie todos os cidadãos.

53 — Mas, essa intervenção do Estado, que fomenta, estimula, coordena, supre e complementa, baseia-se no princípio da subsidiariedade...

54 — É verdade que os recentes progressos da ciência e da técnica, mais do que em qualquer época, oferecem aos poderes públicos amplas possibilidades de reduzir os desequilíbrios entre os vários setores da economia, entre as diferentes regiões de um mesmo país, como entre as diversas Nações do mundo; permitem-lhes, igualmente, confinar, dentro de certos limites,